

Clube de Paris reaproxima-se do Brasil

Após a assinatura do acordo
provisório entre
Brasil e credores, o Clube
busca o entendimento

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — O Clube de Paris está restabelecendo suas relações com o governo brasileiro, interrompidas desde a extensão da moratória decidida por Brasília, que suspendeu os pagamentos dos juros de sua dívida com os credores públicos ou garantida pelos governos-membros.

Depois de contatos telefônicos entre Brasília e Paris, uma consulta foi feita pelo Clube de Paris, propondo um primeiro encontro informal com as autoridades brasileiras. Isso só foi possível com a assinatura do acordo provisório nos EUA e tendo o Brasil assumido o compromisso de recorrer ao FMI.

Por enquanto, não se trata de uma reunião formal de reescalamento da dívida, pois para isso será preciso o aval do Fundo, mas um primeiro contato entre o devedor e seus credores do Clube de Paris, cuja data não foi ainda marcada, pois o Clube de Paris está aguardando uma resposta de Brasília, mas poderá ser ainda este mês ou no início de dezembro.

Esses contatos constituem o início de grandes manobras que podem resultar na suspensão da moratória decretada pelo governo brasileiro junto ao Clube de Paris, após a negociação do acordo provisório com os bancos comerciais.

Como se sabe, no início do ano, em janeiro, o governo brasileiro obteve um difícil acordo de reescalamento de sua dívida vencida nos últimos dois anos e dos vencimentos do primeiro semestre de 1987 sem passar pelo FMI. Na ocasião, as autoridades de Brasília prometeram voltar no final de junho para negociar a parte que deveria vencer no segundo semestre de 1987 e vencimentos dos anos seguintes, mas na forma tradicional, isto é, após um acordo clássico com o FMI.

Nessa ocasião, Brasília resolveu romper as negociações, evitando o FMI e estendendo a moratória para a parte referente à dívida pública, como já havia feito com sua dívida comercial.

Ontem, na área do Clube de Paris, ninguém quis comentar as repercussões eventuais da redução do mandato do presidente Sarney na negociação do reescalamento da dívida com aquela instituição. Um dos responsáveis pela secretaria do Clube de Paris lembrava, entretanto, que isso ocorre no momento em que

se constata uma superação do impasse anterior. De qualquer forma, estão sendo iniciadas negociações que podem conduzir à suspensão da moratória brasileira também junto ao Clube de Paris.

MALOGRO DO PROTECIONISMO

O governo brasileiro pretendeu impor uma reserva de mercado na área de informática para garantir a decolagem das empresas nacionais, mas não contou com o contrabando e a pirataria. O suplemento sobre informática do jornal *Le Figaro* trata amplamente desse problema em longo artigo intitulado: "O malogro do protecionismo à brasileira".

O articulista revela que, dos cinco mil minicomputadores vendidos mensalmente no mercado brasileiro, pelo menos mil não foram produzidos pela indústria brasileira, mas sim contrabandeados, muitas vezes através do rio Paraná, na fronteira com o Paraguai.

O jornal revela que o contrabando e o mercado paralelo têm, hoje, no Brasil, um estatuto quase oficial. Apesar de o governo proibir a entrada de microcomputadores no País, basta consultar os anúncios classificados dos grandes jornais para se fazer um negócio.

Hoje, o mercado de informática no Brasil já é muito importante, US\$ 4 bilhões, quase metade do mercado francês, US\$ 10 bilhões. O articulista afirma que ao contrário da Coreia, Taiwan e Hongcong, que conseguiram constituir uma verdadeira indústria, a inflação e o endividamento estão impedindo a indústria brasileira de informática de decolar como se esperava. Por essa razão, o recurso ao contrabando é cada vez mais utilizado, tendo em vista a insistência com que o governo de Brasília rejeita abrir as portas do País para as empresas estrangeiras, prontas a investir no maior mercado da América Latina.

Em outro artigo, o mesmo jornal fala das boas relações entre os contrabandistas e a polícia. Os primeiros continuam suas atividades certos da grande rentabilidade, pelo menos enquanto a indústria nacional não apresentar preços competitivos. Um empresário do setor, Conrado Venturini, grupo Itaútec, chega a confessar ao jornalista que seus maiores concorrentes continuam a ser os contrabandistas.